

Demonstrações
financeiras
em 30 de junho de
2019 e 2018

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

A Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo privado, especializado em crédito e serviços digitais, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seus acionistas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do período findo em 30 de junho de 2019. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável.

Banco Inter S.A.

O Banco Inter é um banco digital, gratuito e completo, que atua como líder na revolução da indústria bancária brasileira, oferecendo uma proposta de valor disruptiva e inédita. Oferece um novo conceito de banco - ofertando um portfólio completo de serviços e produtos financeiros, sem cobrança de tarifas bancárias, para todos os tipos de clientes, independentemente da idade e condição econômica ou social.

Possuímos um modelo de negócios único, reunindo as melhores características da indústria bancária tradicional e das empresas de tecnologia da área financeira (*fintechs*). Os mais de 20 anos de experiência e histórico de sucesso na indústria bancária brasileira nos garantem credibilidade e expertise para prover serviços e produtos de qualidade em um mercado fortemente regulado. A essência *fintech*, em paralelo, proporciona um modelo de negócio moderno, ágil, escalável e digital, atendendo da melhor forma as demandas dos clientes e as estratégias de crescimento.

Por meio da plataforma digital, acessada através da nossa conta 100% digital e gratuita, via aplicativo e internet *banking*, oferecemos produtos próprios e produtos de terceiros, que vão de produtos financeiros tradicionais a serviços inovadores, como a conta corrente, crédito imobiliário, crédito pessoal, investimentos, seguros, consórcios, Interpag (pagamento via QR Code), crédito para celulares pré-pagos, câmbio, rotativo digital, *gift cards*, dentre outros.

Em 30 de junho de 2019, o Banco estava presente em mais de 5.511 municípios brasileiros, e possuía correntistas em 100% das cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes. Além disso, a plataforma digital possibilita um acelerado crescimento na base de correntistas digitais, evoluindo de 741,5 mil correntistas em 30 de junho de 2018 para 2,5 milhões em 30 de junho de 2019, equivalente a 243% de crescimento no período.

Destaques Operacionais

Conta Digital

Em 30 de junho de 2019, ultrapassamos 2,5 milhões de correntistas digitais e continuamos implementando melhorias em nossa Conta Digital, lançando novos produtos, como o consórcio, rotativo digital e *gift cards*, além de investir na melhor experiência do

usuário em nosso aplicativo. O número de contas abertas por dia ultrapassou 10,2 mil no mês de junho.

Em 30 de junho de 2019, o número de transações realizadas via *app* e internet banking totalizou 44,5 milhões, aumento expressivo de 201,5%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, o montante transacionado foi de R\$21,0 bilhões em 2019, incremento de 151,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Carteira de Crédito

Em 30 de junho de 2019 o saldo das Operações de Crédito Total somou R\$ 3,9 bilhões, variação positiva de 35,3% em relação a 30 de junho de 2018. A carteira de Crédito com garantia imobiliária totalizou R\$2,2 bilhões, crescimento de 30,8% comparado a 30 de junho de 2018, quando totalizava R\$1,7 bilhão. Já a carteira de Crédito Pessoa Física, no montante de R\$988,7 milhões, apresentou um crescimento de 15,0% na comparação com 30 de junho de 2018. A carteira de Crédito Empresas, sem garantia imobiliária, crescimento de 44,3% em relação a 30 de junho de 2018, totalizando R\$ 229,8 milhões. Em 30 de junho de 2019, a carteira de Outros Créditos com característica de concessão de crédito, representada principalmente pelas operações de cartão de crédito, obteve um crescimento de 165,7%, totalizando R\$472,3 milhões.

Captação

Em 30 de junho de 2019, a captação total somou R\$ 5,0 bilhões, 49,0% superior ao montante de R\$ 3,3 bilhões registrados em junho de 2018. Os depósitos à vista totalizavam R\$ 1,1 bilhão, crescimento de 216,5% no período.

Destques Econômico-Financeiros

Lucro Líquido

Em 30 de junho de 2019 o Lucro Líquido foi de R\$45,0 milhões, representando um crescimento de 60,6% quando comparado ao mesmo período de 2018. A evolução do Lucro Líquido é resultado do crescimento da base de clientes e dos esforços do Banco Inter em diversificar os produtos e serviços a eles oferecidos. Além disso, as Receitas de Operações de Crédito também contribuíram para a expansão do Lucro Líquido, apresentando um crescimento de 21,6% em relação ao primeiro semestre de 2018. No primeiro semestre de 2019 houve também impacto decorrente da celebração do contrato de compra e venda de quotas de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros (“Inter Seguros”), com a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz”), o que resultou em um ganho líquido de impostos de, aproximadamente, R\$ 24 milhões.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado (ROAE) no período de 30 de junho de 2019 foi de 9,4%, redução de 6,9 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior (ROAE de 10,1%).

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Em 30 de junho de 2019, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$ 203,1 milhões, 39,6% superior ao montante registrado no mesmo período de 2018.

Rendas de prestações de serviços

Em 30 de junho 2019 as rendas de prestações de serviços alcançaram o montante de R\$ 51,8 milhões, crescimento de 91,3% em relação ao mesmo período de 2018.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal incorridas em 30 de junho de 2019 somaram R\$136,8 milhões, um acréscimo de 109,4% em relação ao mesmo período de 2018, crescimento explicado pelo preparo do Banco para operações em escala muito maior, além do volume crescente das operações.

Destques Patrimoniais

Ativo Total

Os Ativos Totais somaram R\$6,8 bilhões em 30 de junho de 2019, evolução de 45,7% em comparação a 30 de junho de 2018. Destaque para as Operações de Crédito, que somaram R\$ 3,9 bilhões em junho de 2019, um aumento de 35,3% nos últimos 12 meses.

Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2019, o Patrimônio Líquido atingiu R\$973,1 milhões, mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 2018.

A relação entre Carteira de Crédito e Patrimônio Líquido, um dos indicadores que mede o grau de alavancagem da instituição, era de 4,0 vezes em junho de 2019, aumento de 27,7% em relação a junho de 2018 quando apresentava uma relação de 3,1 vezes.

Índice de Basileia

De acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil, os Bancos devem manter um percentual mínimo de 8,625% dos ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas.

O Banco Inter finalizou em 30 de junho de 2019 com um Índice de Basileia de 23,59%, mantendo forte estrutura de capital para manutenção das taxas de crescimento da instituição.

Ratings

A classificação de *Investment Grade* atribuída pelas agências especializadas Fitch Ratings e Standard & Poor's, com notas em escala nacional de longo prazo "BBB+(bra)" e "brAA-", respectivamente, comprova a adequada posição de liquidez e o confortável nível de capitalização do Banco Inter. As agências destacam a melhoria da qualidade de crédito, a mitigação de riscos de descasamento de prazos e os importantes avanços na venda cruzada de produtos e na autonomia de captação de recursos, refletindo os benefícios do crescimento exponencial da base de clientes nos últimos meses.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários - Circular Nº 3.068/2001 - BACEN

O Banco Inter declara ter títulos classificados na categoria "disponível para venda", no montante de R\$384,8 milhões, marcados a valor de mercado. Estes títulos são representados, principalmente, por Letras Financeiras do Tesouro, Certificados de Recebíveis Imobiliários e Cotas de Fundos de Investimentos.

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2019.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, o Banco e as empresas controladas contrataram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa no exercício findo em 30 de junho de 2019, sendo:

- revisão das obrigações acessórias referentes à Escrituração Contábil Fiscal (ECF);

Os serviços adicionais prestados pelos nossos auditores independentes representam aproximadamente 2,4% dos honorários totais de auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecimentos

Além do recorrente reconhecimento que temos recebido de nossos clientes, temos a satisfação de compormos, pelo quinto ano consecutivo, o ranking das “Melhores Empresas para se Trabalhar” - GPTW, ocupando a 7ª posição entre as empresas mineiras.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2019.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e aos acionistas do

Banco Inter

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Inter S.A. ("Banco") identificadas como controlador e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Inter S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Veja as Nota 3.i e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.i e 8, o Banco utiliza os requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para mensuração e registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa de suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. O Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito nos níveis de risco que compreendem a classificação de "AA" a "H", levando em consideração, principalmente, a atividade econômica, a situação econômico financeira, o grau de endividamento, o atraso e as características das garantias do tomador das operações de crédito. Como a classificação das operações de crédito nos níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Administração quanto às perdas da carteira de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, consideramos essa área com relevante para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados a apuração da provisão para devedores duvidosos, bem como, analisamos os saldos constituídos de provisão em relação ao adequado registro e apresentação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento, assim como as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

Principais assuntos de auditoria

Em decorrência da alta dependência do Banco de uma infraestrutura de tecnologia da informação em consequência da utilização cada vez maior de plataformas digitais, aliado aos elevados níveis de investimentos em infraestrutura da tecnologia da informação, do alto volume de transações processadas diariamente, bem como da importância dos controles de Tecnologia e Segurança da Informação nos seus sistemas e

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos, com auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação e segurança cibernética (cyber security), o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles gerais de TI relacionados a acessos, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, políticas de segurança da informação e

aplicativos de acesso a programas e dados e gerenciamento de mudanças, assim como o consequente impacto para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

gerenciamento de mudanças nos sistemas internos sempre que planejamos confiar nas informações de um determinado sistema e transação considerados relevantes para fins de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Avaliamos também a efetividade operacional dos controles-chave automatizados dos processos de negócio definidos como relevantes para auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, verificando controles de acesso e configurações de regras de negócio e também as análises de vulnerabilidades em equipamentos na perspectiva de Segurança da Informação.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, nos permitiram considerar as informações extraídas dos aplicativos e do ambiente de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e suas controladas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

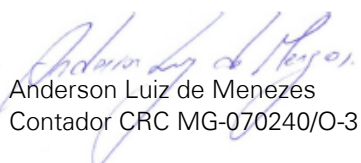
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 30 de junho 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Circulante					
Disponibilidades	5	9.615	9.310	9.670	9.400
Aplicações interfinanceiras	6	1.878.313	1.156.431	1.878.313	1.156.431
Aplicações no Mercado Aberto		1.747.695	958.022	1.747.695	958.022
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		130.618	198.409	130.618	198.409
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	80.545	107.144	103.427	107.853
Carteira Própria		53.772	89.536	76.654	90.245
Vinculados à Prestação de Garantias		26.773	17.608	26.773	17.608
Relações interfinanceiras	8	193.923	68.966	193.923	68.966
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		59.430	22.357	59.430	22.357
Depósitos no Banco Central		134.493	46.609	134.493	46.609
Relações interdependências		36	-	36	-
Transferências Internas de Recursos		36	-	36	-
Operações de crédito	9	894.224	719.617	894.224	719.617
Setor privado		931.524	745.739	931.524	745.739
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(37.300)	(26.122)	(37.300)	(26.122)
Outros créditos	10	725.799	267.710	732.472	269.991
Carteira de Câmbio		40	1.278	40	1.278
Rendas a Receber		6.772	5.271	8.892	5.271
Negociação e intermediação de valores		2.153	4	2.153	4
Diversos		721.529	263.654	726.082	265.935
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.695)	(2.497)	(4.695)	(2.497)
Outros valores e bens	11	24.913	59.655	24.913	59.662
Outros Valores e Bens		-	37.789	-	37.789
Despesas Antecipadas		24.913	21.866	24.913	21.873
Total do ativo circulante		3.807.368	2.388.833	3.836.978	2.391.920
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	304.245	241.513	304.245	242.662
Carteira Própria		304.245	241.513	304.245	242.662
Operações de crédito	9	2.420.205	1.901.654	2.420.205	1.901.654
Setor privado		2.490.197	1.954.629	2.490.197	1.954.629
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(69.992)	(52.975)	(69.992)	(52.975)
Outros créditos	10	8.002	20.540	8.002	20.540
Diversos		8.089	21.003	8.089	21.003
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(87)	(463)	(87)	(463)
Outros valores e bens	11	109.975	61.028	109.975	61.028
Outros Valores e Bens		108.187	52.446	108.187	52.446
(Provisões para Desvalorizações)		-	(277)	-	(277)
Despesas Antecipadas		1.788	8.859	1.788	8.859
Total do realizável a longo prazo		2.842.427	2.224.735	2.842.427	2.225.884
Permanente					
Investimentos	12	32.469	7.664	1.105	1.105
No País		31.364	6.559	-	-
Outros Investimentos		1.105	1.105	1.105	1.105
Imobilizado de uso		20.392	6.462	20.443	6.511
Imóveis de Uso		5.463	-	5.463	-
Outras Imobilizações de Uso		24.755	14.468	24.825	14.527
(Depreciações Acumuladas)		(9.826)	(8.006)	(9.845)	(8.016)
Intangível	13	51.610	8.628	52.927	8.633
Ativos Intangíveis		56.881	8.819	58.321	8.848
(Amortização Acumulada)		(5.271)	(191)	(5.394)	(215)
Total do permanente		104.471	22.754	74.475	16.249
Total do ativo não circulante		2.946.898	2.247.489	2.916.902	2.242.133
Total do ativo		6.754.266	4.636.322	6.753.880	4.634.053

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 30 de junho 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Circulante					
Depósitos	14a	1.611.235	834.906	1.605.147	832.527
Depósitos à vista		1.117.807	353.223	1.111.719	352.026
Depósitos poupança		162.580	-	162.580	-
Depósitos interfinanceiros		-	1.182	-	-
Depósitos a prazo		330.848	471.042	330.848	471.042
Outros depósitos		-	9.459	-	9.459
Captações no mercado aberto		73.165	47.219	71.728	47.219
Carteira própria		-	9.477	-	9.477
Carteira de terceiros		73.165	37.742	71.728	37.742
Recursos de aceites e emissão de títulos	14b	1.191.969	965.361	1.191.861	965.361
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.191.969	965.361	1.191.861	965.361
Relações interfinanceiras	8	438.280	76.049	438.280	76.049
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		438.280	76.049	438.280	76.049
Relações interdependências		1.134	972	1.134	972
Obrigações por empréstimos		524	94	524	94
Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais	15	1.320	1.361	1.320	1.361
CEF		1.320	1.361	1.320	1.361
Instrumentos financeiros derivativos		6.244	1.895	6.244	1.895
Outras obrigações	16	231.643	187.467	243.385	192.027
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.900	1.661	1.900	1.661
Carteira de Câmbio		695	3.385	695	3.385
Socials e Estatutárias		11.354	15.805	14.354	16.429
Fiscais e Previdenciárias		14.282	6.235	15.837	7.277
Negociação e Intermediação de Valores		-	100	2.368	100
Diversas		203.412	160.281	208.231	163.175
Total do passivo circulante		3.555.514	2.115.324	3.559.623	2.117.505
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Depósitos	14a	1.526.278	992.225	1.521.297	986.753
Depósitos a prazo		1.526.278	992.225	1.521.297	986.753
Recursos de aceites e emissão de títulos	14b	643.426	545.801	643.426	545.801
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		643.426	545.801	643.426	545.801
Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais	15	29.502	31.882	29.502	31.882
CEF		29.502	31.882	29.502	31.882
Outras obrigações	16	19.145	19.967	19.145	19.967
Diversas		19.145	19.967	19.145	19.967
Resultados de Exercícios Futuros		7.750	12.917	7.750	12.917
Total do exigível a longo prazo		2.226.101	1.602.792	2.221.120	1.597.320
Patrimônio líquido					
Capital social	19	849.387	836.637	849.387	836.637
De domiciliados no país		849.387	836.637	849.387	836.637
Reserva de capital		1.280	791	1.280	791
Reserva de lucros		121.879	81.125	121.879	81.125
(-) Ajuste de avaliação patrimonial		105	85	105	85
(-) Ações em tesouraria		-	(432)	-	(432)
Participação não controladores nas controladas		-	-	486	1.022
Total do patrimônio líquido		972.651	918.206	973.137	919.228
Total do passivo não circulante		3.198.752	2.520.998	3.194.257	2.516.548
Total do passivo		6.754.266	4.636.322	6.753.880	4.634.053

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	
Receitas da intermediação financeira					
Operações de crédito	9f	308.981	254.149	308.981	254.149
Rendas de operações de câmbio		405	717	405	717
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	6	54.630	21.728	54.630	21.728
Resultado com títulos e valores mobiliários	7	9.513	10.795	10.232	12.433
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	1.988	-	1.988	-
		375.517	287.389	376.236	289.027
Despesas da intermediação financeira					
Operações de captação no mercado	14c	(118.789)	(103.825)	(118.517)	(103.632)
Operações empréstimos e repasses		(1.096)	(879)	(1.096)	(879)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9e	(53.439)	(28.781)	(53.439)	(28.781)
Operações com derivativos	7	-	(8.603)	-	(8.603)
		(173.324)	(142.088)	(173.052)	(141.895)
Resultado bruto da intermediação financeira					
		202.193	145.301	203.184	147.132
Outras receitas (despesas) operacionais					
Rendas de prestação de serviços	21	38.169	15.780	51.798	25.538
Despesas de pessoal	22	(72.694)	(49.182)	(75.636)	(55.078)
Outras despesas administrativas	23	(134.154)	(64.651)	(136.805)	(65.343)
Despesas tributárias		(15.994)	(10.707)	(17.005)	(11.475)
Resultado de participações em controladas	12	6.460	4.379	-	-
Outras receitas operacionais	24	22.281	14.824	22.522	15.230
Outras despesas operacionais	25	(35.462)	(9.033)	(35.469)	(7.442)
		(191.394)	(98.590)	(190.595)	(98.570)
Resultado operacional					
		10.799	46.711	12.589	48.562
Resultado não operacional		36.622	(7.295)	36.586	(7.295)
Resultado antes da tributação sobre o lucro					
		47.421	39.416	49.175	41.267
Provisão para imposto de renda	18	(3.108)	-	(4.197)	(912)
Provisão para contribuição social	18	(1.918)	-	(2.399)	(412)
Ativo fiscal diferido	18	2.607	(11.387)	2.446	(11.520)
		(2.419)	(11.387)	(4.150)	(12.844)
Resultado do Semestre					
		45.002	28.029	45.025	28.423
Lucro atribuível aos:					
Acionistas controladores				45.002	28.029
Acionistas não controladores				23	394
Resultado por ação básico – R\$					
		0,45	0,35	0,45	0,35
Resultado por ação diluído – R\$					
		0,44	0,34	0,44	0,34

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Resultado líquido do semestre	45.002	28.029	45.025	28.423
Outros resultados abrangentes do semestre				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(26)	(81)	(26)	(81)
Total de resultados abrangentes do semestre	44.976	27.948	44.999	28.342
Atribuição do resultado abrangente				
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores			44.976	27.948
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores			23	394
Total do resultado abrangente do semestre			44.999	28.342

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total Patrimônio Líquido do Banco	Participação dos Não Controladores no Pat.Liq.das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.874	-	9.875	63.461	166	-	(2.284)	383.092	979	384.071
Aumento de capital	541.463	-	-	-	-	-	-	541.463	-	541.463
Custo na emissão de ações	(16.700)	-	-	-	-	-	-	(16.700)	-	(16.700)
Pagamentos baseados em ações	-	791	-	-	-	-	-	791	-	791
Resultado do semestre	-	-	-	-	-	28.029	-	28.029	394	28.423
Destinações propostas:										
Constituição de reserva legal	-	-	1.401	-	-	(1.401)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	8.293	-	(8.293)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	(18.335)	-	(18.335)	(351)	(18.686)
Ações em tesouraria	-	-	-	(1.905)	-	-	1.852	(53)	-	(53)
Transações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(81)	-	-	(81)	-	(81)
Saldos em 30 de junho de 2018	836.637	791	11.276	69.849	85	-	(432)	918.206	1.022	919.228
Mutações do período	524.763	791	1.401	6.388	(81)	-	1.852	535.114	43	535.157
Saldos em 31 de dezembro de 2018	848.760	1.290	13.262	89.241	(3.340)	-	(432)	948.781	252	949.033
Aumento de capital	627	(87)	-	-	-	-	-	540	211	751
Ágio na venda de ações em tesouraria	-	192	-	-	-	-	-	192	-	192
Pagamentos baseados em ações	-	51	-	-	-	-	-	51	-	51
Resultado do semestre	-	-	-	-	-	45.002	-	45.002	23	45.025
Destinações propostas:										
Constituição de reserva legal	-	-	2.250	-	-	(2.250)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	17.126	-	(17.126)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,25 por ação)	-	-	-	-	-	(25.626)	-	(25.626)	-	(25.626)
Ações em tesouraria	-	(166)	-	-	-	-	432	266	-	266
Transações de capital	-	-	-	-	3.471	-	-	3.471	-	3.471
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(26)	-	-	(26)	-	(26)
Saldos em 30 de junho de 2019	849.387	1.280	15.512	106.367	105	-	-	972.651	486	973.137
Mutações do período	627	(10)	2.250	17.126	3.445	-	432	23.870	234	24.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Elaborada pelo método indireto				
Atividades operacionais				
Resultado líquido	45.002	28.029	45.023	28.423
Provisão para imposto de renda	3.108	-	4.678	1.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53.439	28.781	53.439	28.781
Impostos diferidos	(2.607)	11.387	(2.402)	11.520
(Reversões)/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	3.328	7.386	3.328	7.386
Resultado de participações em coligadas e controladas	(6.502)	(4.379)	(42)	-
Resultado da variação cambial	(388)	(679)	(388)	(679)
Depreciações e amortizações	5.114	774	5.209	779
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações	51	258	51	258
(Ganho) / perda na venda de ativos permanentes	(47)	-	(47)	-
Outros ganhos e perdas de capital	(40.288)	2.142	(40.288)	2.142
Variação de ativos e passivos				
Redução/(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	19.682	(78.975)	19.682	(78.975)
Redução/(Aumento) de títulos e valores mobiliários para negociação	-	-	(17.370)	-
Redução/(Aumento) de relações interfinanceiras	69.394	8.800	69.394	8.800
Redução/(Aumento) de operações de crédito	(456.355)	(236.111)	(456.355)	(236.111)
Redução/(Aumento) de outros créditos	(261.621)	(124.821)	(257.529)	(126.247)
Redução/(Aumento) de outros valores e bens	(24.844)	(21.908)	(24.819)	(21.888)
Redução/(Aumento) de depósitos	743.078	262.991	735.926	262.807
(Redução)/Aumento de captações no mercado aberto	42.461	37.070	45.840	37.070
(Redução)/Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	71.458	110.132	71.458	110.132
(Redução)/Aumento de relações interdependências	661	296	661	296
(Redução)/Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(642)	(1.481)	(642)	(1.481)
(Redução)/Aumento de instrumentos financeiros derivativos	5.248	1.895	5.248	1.895
(Redução)/Aumento de resultados de exercícios futuros	(2.583)	12.917	(2.583)	12.917
(Redução)/Aumento de outras obrigações	45.303	24.546	43.407	21.581
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	311.450	69.050	300.879	70.730
Impostos e Contribuição Social Pagos	-	(8.925)	188	(8.925)
Atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(18.982)	(304)	(13.982)	(304)
Alienação de investimentos	45.000	32	45.000	32
Aquisição de imobilizado de uso	(8.505)	(1.556)	(8.508)	(1.578)
Alienação de ativo imobilizado	713	-	713	-
Aquisição de intangível	(29.509)	(7.844)	(30.538)	(7.851)
Aumento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(154.393)	(615.370)	(154.393)	(616.806)
Redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	78.401	583.531	78.401	583.630
Recebimento de dividendos	6.532	1.661	-	1.661
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(80.743)	(39.850)	(83.307)	(41.216)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital	539	511.099	13.539	511.099
Recuperação de ações em tesouraria	-	534	-	534
Venda ações em tesouraria	457	(53)	457	(53)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(20.846)	(7.224)	(20.846)	(7.447)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	(19.850)	504.356	(6.850)	504.133
Aumento (redução) das disponibilidades	210.857	524.631	210.910	524.722
Caixa e equivalentes no início do período	1.546.065	472.261	1.546.067	472.261
Caixa e equivalentes no fim do período	1.757.310	997.571	1.757.365	997.662
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente	(388)	(679)	(388)	(679)
Aumento (redução) das disponibilidades	210.857	524.631	210.910	524.722
Transações que não envolveram caixa				
Provisão de Juros sobre o capital próprio	25.626	18.335	25.626	18.335
Atualização TVM x PL	(26)	(81)	(26)	(81)
Dividendos a receber	3.000	-	3.000	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas	390.043	285.973	404.589	298.816
Intermediação financeira	382.968	301.357	383.687	300.910
Prestação de serviços	38.169	15.780	51.798	27.074
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.096)	(879)	(1.096)	(879)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.439)	(28.781)	(53.439)	(28.781)
Outras receitas/despesas operacionais	(13.181)	5.791	(12.947)	7.787
Não operacionais	36.622	(7.295)	36.586	(7.295)
Despesas da intermediação financeira	118.789	112.428	118.517	111.686
Materiais e serviços adquiridos de terceiros	132.398	74.974	134.917	75.616
Materiais, energias e outros	108.620	46.843	109.903	47.295
Serviços de terceiros	23.778	28.131	25.014	28.321
Valor adicionado bruto (1-2-3)	138.856	98.571	151.155	111.514
Retenções	(5.114)	(774)	(5.209)	(779)
Depreciações e amortizações	(5.114)	(774)	(5.209)	(779)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	133.742	97.797	145.946	110.735
Valor adicionado recebido em transferência	6.460	4.379	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6.460	4.379	-	-
Valor adicionado a distribuir (6+7)	140.202	102.176	145.946	110.735
Distribuição do valor adicionado	140.202	102.176	145.946	110.735
Pessoal e encargos	62.713	42.729	65.258	48.256
Remuneração direta	49.780	34.206	51.914	39.430
Benefícios	10.227	6.757	10.541	6.969
FGTS	2.706	1.766	2.803	1.857
Impostos, contribuições e taxas	28.393	28.547	31.534	31.140
Federais	26.610	27.901	29.347	30.168
Municipais	1.783	646	2.187	972
Aluguéis	4.094	2.870	4.129	2.916
Juros sobre o capital próprio	25.626	18.334	25.626	18.334
Dividendos distribuídos	-	-	-	0
Resultado retido no semestre	19.376	9.696	19.376	9.696
Participação não controladores	-	-	23	393

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Inter S.A., fundado em 1994, iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar em outras sociedades. O Banco é uma companhia aberta de direito privado, operando na forma de Banco Múltiplo.

A empresa é um banco de varejo digital multisserviços, com plataforma completa para pessoas físicas e jurídicas, atua em crédito com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal, Crédito para Empresas e Cartão de Crédito. A carteira de captação de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as seguintes linhas de captação: Poupança, Letra Imobiliária Garantida (LIG), Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF), e Depósito à vista.

Foram lançados 2 novos produtos durante o 1º semestre de 2019, sendo: Rotativo Digital e *Gift Cards*.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são:

Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).

Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).

Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).

Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.

Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24.

Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).

Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.

Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).

Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).

Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).

Resolução nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Inter evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

A Resolução CMN 3.786/09 e a Circular Bacen 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN no 3.853/10 e a Carta Circular Bacen no 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações financeiras consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil. O Banco Inter disponibilizou em 11 de março de 2019 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2018 no site <https://ri.bancointer.com.br/>, na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 12 de agosto de 2019.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda.
- Nota explicativa nº 9 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito.
- Nota explicativa nº 10 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Ramo de atividade	Participação no capital (%)	
		30/06/2019	31/12/2018
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de TVM	98,3%	98%
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	60,0%	100%
Inter Asset Administradora de Fundos Ltda.	Administradora de fundos	99,9%	-

(i) Controladas

O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Banco e suas controladas obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Banco e suas controladas contabilizam a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no resultado do período. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no resultado do período.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado como lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Banco e suas controladas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. **Apuração de resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

e. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

f. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

g. **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- **Títulos mantidos para negociação** - Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para

as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido”. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

i. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Banco Central do Brasil, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondentes a imóveis disponíveis para venda são classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento.

As despesas antecipadas são correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas antecipadas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 3.954/1989 e suas alterações.

k. Ativo permanente

(i) Investimentos

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

(ii) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

(iii) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (ii) Softwares e intangíveis gerados internamente amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

I. Redução do valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderão valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

m. **Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o CPC 25, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos:

- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação; e
- os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Para os provisionamentos cíveis é realizado como base o ticket médio histórico das condenações nos últimos 24 meses. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o ticket médio para todas as ações em trâmite que consideramos a possibilidade de saída de recurso, presumindo-se uma estimativa confiável.

O provisionamento trabalhista é realizado com base na liquidação dos pedidos julgados procedentes em sentença.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

n. Tributos

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015 e após a 31 de dezembro de 2018	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

q. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Banco Inter S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

r. Lucro por ação

O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais.

s. Pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

4 Segmentos operacionais

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco e suas controladas estão divididas basicamente em três segmentos: bancário, títulos e valores mobiliários e corretagem de seguros.

Resultado gerencial por Segmento

A mensuração do resultado gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas apuradas pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada a seguir. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco e suas controladas não possuem cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a. Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela substantiva do resultado do Banco, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, empréstimos e adiantamentos a clientes e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b. Segmento de títulos e valores mobiliários

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos de investimentos. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

c. Segmento de corretagem de seguros

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a garantias, seguros de vida, patrimonial e automóvel. As receitas de comissões de corretagem de seguros são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. As receitas compreendem as contraprestações recebidas ou a receber pela prestação do serviço.

Demonstração do resultado gerencial por segmento

	30/06/2019					
	Bancário	Títulos e Valores Mobiliários	Corretagem de Seguros	Banco Inter	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas da intermediação financeira						
Operações de crédito	308.981	-	-	308.981	-	308.981
Rendas de operações de câmbio	405	-	-	405	-	405
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	54.630	138	140	54.908	(278)	54.630
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	9.513	719	-	10.232	-	10.232
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (receita)	1.988	-	-	1.988	-	1.988
	375.517	719	140	376.514	(278)	376.236
Despesas da intermediação financeira						
Operações de captação no mercado	(118.789)	(6)	-	(118.795)	278	(118.517)
Operações empréstimos e repasses	(1.096)	-	-	(1.096)	-	(1.096)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(53.439)	-	-	(53.439)	-	(53.439)
	(173.324)	(6)	-	(173.330)	278	(173.052)
Resultado bruto da intermediação financeira	202.193	851	140	203.184	-	203.184
Outras receitas (despesas) operacionais						
Rendas de prestação de serviços	38.169	4.427	9.202	51.798	-	51.798
Despesas de pessoal	(72.694)	(1.110)	(1.832)	(75.636)	-	(75.636)
Outras despesas administrativas	(134.154)	(1.959)	(692)	(136.805)	-	(136.805)
Despesas tributárias	(15.994)	(406)	(605)	(17.005)	-	(17.005)
Resultado de participações em controladas	6.460	-	-	6.460	(6.460)	-
Outras receitas operacionais	22.281	-	241	22.522	-	22.522
Outras despesas operacionais	(35.462)	(7)	-	(35.469)	-	(35.469)
	(191.394)	945	6.314	(184.135)	(6.460)	(190.595)
Resultado operacional	10.799	1.796	6.454	19.049	(6.460)	12.589
Resultado não operacional	36.622	-	(38)	36.584	-	36.586
Resultado antes da tributação sobre o lucro	47.421	1.796	6.416	55.633	(6.460)	49.175
Provisão para imposto de renda	(3.108)	(306)	(783)	(4.197)	-	(4.197)
Provisão para contribuição social	(1.918)	(195)	(286)	(2.399)	-	(2.399)
Ativo fiscal diferido	2.607	(161)	-	2.446	-	2.446
	(2.419)	(662)	(1.069)	(4.150)	-	(4.150)
Resultado do semestre	45.002	1.134	5.347	51.483	(6.460)	45.025
Total dos ativos	6.754.266	38.504	5.088	6.797.858	(43.978)	6.753.880
Total dos passivos	5.781.615	6.754	4.988	5.793.357	(12.614)	5.780.743
Total do patrimônio líquido	972.651	31.750	100	1.004.501	(31.364)	973.137

30/06/2018						
Bancário	Títulos e Valores Mobiliários	Corretagem de Seguros	Banco Inter	Ajustes e eliminações	Consolidado	
Receitas da intermediação financeira						
Operações de crédito	254.149	-	-	254.149	-	254.149
Rendas de operações de câmbio	717	-	-	717	-	717
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	21.728	72	162	21.962	(234)	21.728
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	10.795	1.638	-	12.433	-	12.433
	287.389	1.710	162	289.261	(234)	289.027
Despesas da intermediação financeira						
Operações de captação no mercado	(103.825)	(41)	-	(103.866)	234	(103.632)
Operações empréstimos e repasses	(879)	-	-	(879)	-	(879)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(28.781)	-	-	(28.781)	-	(28.781)
Operações com derivativos	(8.603)	-	-	(8.603)	-	(8.603)
	(142.088)	(41)	-	(142.129)	234	(141.895)
Resultado bruto da intermediação financeira	145.301	1.669	162	147.132	-	147.132
Outras receitas (despesas) operacionais						
Rendas de prestação de serviços	15.780	734	9.024	25.538	-	25.538
Despesas de pessoal	(49.182)	(777)	(5.119)	(55.078)	-	(55.078)
Outras despesas administrativas	(64.651)	(455)	(237)	(65.343)	-	(65.343)
Despesas tributárias	(10.707)	(193)	(575)	(11.475)	-	(11.475)
Resultado de participações em controladas	4.379	-	-	4.379	(4.379)	-
Outras receitas operacionais	14.824	3	-	14.827	403	15.230
Outras despesas operacionais	(9.033)	-	(3)	(9.036)	1.594	(7.442)
	(98.590)	(688)	3.090	(96.188)	(2.382)	(98.570)
Resultado operacional	46.711	981	3.252	50.944	(2.382)	48.562
Resultado não operacional	(7.295)	-	-	(7.295)	-	(7.295)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	39.416	981	3.252	43.649	(2.382)	41.267
Provisão para imposto de renda	-	(162)	(750)	(912)	-	(912)
Provisão para contribuição social	-	(137)	(275)	(412)	-	(412)
Ativo fiscal diferido	(11.387)	(133)	-	(11.520)	-	(11.520)
	(11.387)	(432)	(1.025)	(12.844)	-	(12.844)
Resultado do semestre	28.029	549	2.227	30.805	(2.382)	28.423
Total dos ativos	4.636.322	4.903	7.238	4.648.463	(14.410)	4.634.053
Total dos passivos	3.718.116	2.787	1.773	3.722.676	(7.851)	3.714.825
Total do patrimônio líquido	918.206	2.116	5.465	925.787	(6.559)	919.228

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades	9.615	9.310	9.670	9.400
Aplicações interfinanceiras de liquidez* vide Nota 5	1.747.695	988.261	1.747.695	988.262
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.757.310	997.571	1.757.365	997.662

(*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

6 Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Aplicações em operações	1.747.695	958.022
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	15.995	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	600.239	391.010
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.131.461	567.012
Aplicações em depósitos	130.618	198.409
CDI - ABC do Brasil	15.270	11.753
CDI - Banco BS2 S.A.	5.155	5.364
CDI - Banco Itaú S.A.	28.753	13.276
CDI - Banco Safra S.A.	20.533	5.131
CDI - Banco BTG Pactual S.A.	60.907	60.484
CDI Rural - Bancoob	-	5.018
DCI Rural - Banco BBM	-	2.006
CDI Rural - Banco Safra S.A.	-	95.377
Total	1.878.313	1.156.431
Circulante	1.878.313	1.156.431
Não circulante	-	-

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	30/06/2019		
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em CDI	59.174	71.444	130.618
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	15.995	-	15.995
Letras do Tesouro nacional (LTN)	600.239	-	600.239
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	1.131.461	-	1.131.461
Total	1.806.869	71.444	1.878.313

	Controladora e Consolidado		
	30/06/2018		
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em CDI	108.700	89.709	198.409
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-
Letras do Tesouro nacional (LTN)	391.010	-	391.010
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	567.012	-	567.012
Total	1.066.722	89.709	1.156.431

Em 30 de junho de 2019 os saldos em aplicações no mercado aberto e o montante dos depósitos interfinanceiros com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento foram considerados como equivalentes de caixa, os quais totalizavam R\$1.747.695 (2018: R\$988.261).

Os saldos remanescentes de aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 24 meses da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Posição Bancada	47.824	17.437
Posição Financiada	2.464	260
Depósitos Interfinanceiros	4.342	4.031
Total	54.630	21.728

7 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

São representados, substancialmente, por Títulos Públicos Federais (LFTs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e pelos valores atualizados das cotas de fundos de investimentos.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Carteira própria	358.017	331.049	380.899	332.907
Títulos Públicos	187.217	237.757	191.502	237.802
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	187.217	237.757	191.502	237.757
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	45
Títulos Privados	170.800	93.292	189.397	95.105
Certificados de Recebíveis Imobiliários	90.255	31.398	94.166	32.473
Certificados de depósitos bancários	-	-	3.941	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	1.260	29
Letra de crédito imobiliário	-	-	955	709
Letra de crédito agrícola	-	-	286	-
Debêntures	-	-	4.708	-
Letras Financeiras - Não ligadas	-	615	-	615
Cotas de fundo de investimento	80.545	61.279	84.081	61.279
Vinculados a prestação de garantias	26.773	17.608	26.773	17.608
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - Garantia	26.773	17.608	26.773	17.608
Total	384.790	348.657	407.672	350.515
Circulante	80.545	107.144	103.427	107.853
Não circulante	304.245	241.513	304.245	242.662

Em 30 de junho de 2019 o Banco Inter possuía obrigações com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 6.244 (2018:R\$ 1.895).

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

Classificação por tipo de títulos e vencimento

Controladora							Ganhos (perdas) não realizados
30/06/2019							
De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado		
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	84.982	129.008	-	213.990	214.075	(85)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	1.027	20.169	69.059	90.255	90.255	-
Cotas de fundo de investimento	80.545	-	-	-	80.545	80.545	-
Total	80.545	86.009	149.177	69.059	384.790	384.875	(85)
Total do Circulante							80.545
Total do não Circulante							304.245

Controladora							Ganhos (perdas) não realizados
30/06/2018							
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado		
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	45.250	615	47.697	162.418	255.980	256.060	(80)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	31.398	-	31.398	31.398	-
Cotas de fundo de investimento	61.279	-	-	-	61.279	61.880	(601)
Total	106.529	615	79.095	162.418	348.657	349.338	(681)
Total do Circulante							107.144
Total do não Circulante							241.513

Consolidado							Ganhos (perdas) não realizados	
30/06/2019								
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado		
Disponível para venda								
	80.545	-	86.009	149.177	69.059	384.790	384.875	(85)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	84.982	129.008	-	213.990	214.075	(85)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	1.027	20.169	69.059	90.255	90.255	-
Cotas de fundo de investimento	80.545	-	-	-	-	80.545	80.545	-
Disponível para negociação								
	22.882	-	-	-	-	22.882	17.153	5.729
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.285	-	-	-	-	4.285	4.285	-
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	955	-	-	-	-	955	955	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	3.911	-	-	-	-	3.911	1.622	2.289
Certificados de Recebíveis Agrícolas	1.260	-	-	-	-	1.260	210	1.050
Certificados de Depósitos bancários	3.941	-	-	-	-	3.941	3.941	-
Debêntures	4.708	-	-	-	-	4.708	2604	2.104
Letras de Crédito Agrícola (LCA)	286	-	-	-	-	286	0,00	286
Cotas de fundo de investimento	3.536	-	-	-	-	3.536	3.536	-
Total	103.427	-	86.009	149.177	69.059	407.672	402.028	5.644
Total do Circulante							103.427	
Total do não Circulante							304.245	

Consolidado							Ganhos (perdas) não realizados	
30/06/2018								
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado		
Disponível para venda								
	45.250	615	47.697	162.418	-	255.980	256.090	(110)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	45	45	45	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	32.472	1	-	32.473	32.473	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	29	-	29	29	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	-	-	-	709	709	-
Letra de crédito imobiliário	709	-	-	-	-	709	709	-
Cotas de fundo de investimento	61.279	-	-	-	-	61.279	61.880	(601)
Total	107.238	615	80.169	162.448	45	350.515	351.226	(711)
Total do Circulante							107.853	
Total do não Circulante							242.662	

As rendas de títulos e valores mobiliários foram:

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de títulos de renda fixa	7.162	9.023
Rendas de aplicações em fundos de investimento	2.351	1.772
Resultado com títulos e valores mobiliários	9.513	10.795
Operações com derivativos	1.988	-
Total	11.501	10.795

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de títulos de renda fixa	7.881	10.661
Rendas de aplicações em fundos de investimento	2.351	1.772
Resultado com títulos e valores mobiliários	10.232	12.433
Operações com derivativos	1.988	-
Total	12.220	12.433

Tais rendas estão registradas na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos”.

Em 30 de junho de 2019 o Banco Inter apresentou uma receita com operação de hedge no montante de R\$1.988 (30 de junho de 2018: despesa no montante de R\$8.603).

a. Instrumentos financeiros e derivativos

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa Depósito Interfinanceiro (DI). Com o objetivo de buscar a proteção da receita da instituição em relação às oscilações do IGP-M, a administração optou por realizar operações de swap cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Banco deve pagar a variação do IGP-M mais cupom, e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

As operações foram realizadas via B3 e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 30 de junho de 2019 o Banco Inter possuía 11 contratos de swap ativos registrados na B3, com Notional total de R\$448.989. Em 30 de junho de 2018, o Banco Inter possuía dois contrato de swap ativo, cada um deles com *Notional* de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), registrado na B3 sob os números 60421338 e 60421339, com vencimentos em 5 de novembro de 2018 e 2 de janeiro de 2019,

respectivamente. Estes contratos contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento. A operação de swap é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas.

As operações de swap do Banco Inter estão classificadas como Hedge Accounting (“Fair Value Hedge”), como proteção da exposição às alterações no valor justo de ativo reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo atribuível a um risco particular que possa afetar o resultado.

O instrumento de hedge (swap) foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados ao descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do período. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

São objetos das operações de hedge os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, para os quais são descontados o spread, realizando hedge somente do risco específico da carteira.

(i) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

Controladora e Consolidado

30/06/2019

	Registro BM&F	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge
			Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IPCA	905638565	80.000	80.712	80.824	80.712	80.721	(9)
CDI x IPCA	905638573	60.000	60.534	60.583	60.534	60.355	179
CDI x IPCA	905638681	60.000	60.534	60.600	60.534	60.954	(420)
CDI x IPCA	905638590	50.000	50.445	50.515	50.445	51.181	(736)
CDI x IPCA	905638603	10.000	10.089	10.109	10.089	10.347	(258)
CDI x IPCA	905638611	50.000	50.445	50.553	50.445	51.986	(1.541)
Total		310.000	312.759	313.184	312.759	315.544	(2.785)

	Registro BM&F	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge
			Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IGPM	906722276	38.397	38.548	38.741	38.548	39.464	(916)
CDI x IGPM	906722594	35.842	35.984	36.166	35.984	36.794	(810)
CDI x IGPM	906722608	29.894	30.012	30.166	30.012	30.731	(719)
CDI x IGPM	906723043	17.550	17.619	17.712	17.619	18.117	(498)
CDI x IGPM	906723159	17.306	17.375	17.467	17.375	17.892	(517)
Total		138.989	139.538	140.252	139.538	142.998	(3.460)

Controladora e Consolidado

30/06/2018

	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge (*)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421338	50.000	62.048	62.169	62.048	62.881	833
60421339	50.000	62.048	62.204	62.048	63.109	1.061
Total	100.000	124.096	124.373	124.096	125.990	1.894

8 Relações Interfinanceiras

As relações interfinanceiras são compostas, principalmente, por créditos vinculados a depósitos efetuados no Banco Central do Brasil para cumprimento das exigibilidades sobre depósitos e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por moedas eletrônicas e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva) e são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
ATIVO		
Outros Sistemas de Liquidação	59.430	22.357
Depósitos Banco Central - Moeda Eletrônica	-	6.849
Depósitos Banco Central - Outros	43.488	3.698
Depósitos Banco Central - Reservas Compulsórias	91.005	36.062
Total	193.923	68.966
PASSIVO		
Valores a pagar a Instituições Financeiras	(422.685)	(71.412)
Outros Sistemas de Liquidação	(15.595)	(4.637)
Total	(438.280)	(76.049)

9 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por empréstimos e financiamentos com garantia imobiliária, operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento.

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica

Operações de Crédito	30/06/2019	% carteira	30/06/2018
Pessoa jurídica	229.752	5,90%	159.225
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	467.069	11,99%	279.876
Financiamentos imobiliários	1.189.657	30,55%	930.450
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária Pessoa física	541.367	13,90%	469.812
Pessoa física	988.773	25,39%	859.816
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	5.103	0,13%	1.189
Subtotal de operações de crédito	3.421.721		2.700.368
Total do circulante	931.524		745.739
Total do não circulante	2.490.197		1.954.629
Outros créditos			
Outros créditos com característica de concessão de crédito	80.877		43.286
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	391.478		134.500
Outros créditos com característica de concessão de crédito	472.355		177.786
Total de outros créditos (circulante - nota 10)	466.312	11,97%	168.352
Total de outros créditos (não circulante - nota 10)	6.043	0,16%	9.434
Subtotal de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	472.355		177.786
	3.894.076	100,00%	2.878.154
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(37.300)		(26.122)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(69.992)		(52.975)
Total (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(107.292)		(79.097)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (circulante) (nota 10)	(4.695)		(2.497)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (não circulante) (nota 10)	(87)		(463)
Total (-) Provisão para perdas com outros créditos	(4.782)		(2.960)
Total (-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(112.074)		(82.057)
Total	3.782.002		2.796.097

b. Vencimento e direcionamento dos créditos

Créditos	30/06/2019				
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa Jurídica	8.332	79.531	67.520	74.369	229.752
Empréstimo PJ - Garantia imobiliária	4.700	28.165	78.777	355.427	467.069
Financiamentos Imobiliários	11.073	34.027	92.838	1.051.719	1.189.657
Empréstimo PF - Garantia imobiliária	8.198	19.052	46.634	467.483	541.367
Pessoas físicas	93.795	173.591	180.188	541.199	988.773
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	-	5.103	-	-	5.103
Total operação de crédito	126.098	339.469	465.957	2.490.197	3.421.721
Outros créditos com característica de op. de crédito					
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.160	68.982	3.693	6.043	80.878
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista	-	391.477	-	-	391.477
Total outros créditos com característica de op. de crédito	2.160	460.459	3.693	6.043	472.355
Total operação de crédito	128.258	799.928	469.650	2.496.240	3.894.076

Créditos	30/06/2018				
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa Jurídica	4.166	62.544	54.143	38.372	159.225
Empréstimo PJ - Garantia imobiliária	2.003	17.673	47.664	212.536	279.876
Financiamentos Imobiliários	9.462	28.020	69.802	823.166	930.450
Empréstimo PF - Garantia imobiliária	8.208	16.937	42.887	401.780	469.812
Pessoas físicas	31.613	163.517	185.911	478.775	859.816
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	-	1.189	-	-	1.189
Total operação de crédito	55.452	289.880	400.407	1.954.629	2.700.368
Outros créditos com característica de op. De crédito					
Outros créditos com características de concessão de crédito	240	29.071	4.541	9.434	43.286
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista	-	134.500	-	-	134.500
Total outros créditos com característica de op. De crédito	240	163.571	4.541	9.434	177.786
Total operação de crédito	55.692	453.451	404.948	1.964.063	2.878.154

c. Composição da carteira por níveis de risco (rating) e por atividade econômica

	30/06/2019			30/06/2018	
	Percentual mínimo de provisão	Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA	-	553.630	-	410.800	-
A	0,50%	2.847.925	(14.239)	2.087.826	(10.439)
B	1,00%	196.462	(1.965)	157.798	(1.579)
C	3,00%	124.021	(3.721)	92.479	(2.774)
D	10,00%	52.618	(5.262)	39.932	(3.994)
E	30,00%	23.779	(7.134)	19.240	(5.772)
F	50,00%	22.153	(11.076)	19.220	(9.610)
G	70,00%	16.042	(11.229)	9.899	(6.929)
H	100,00%	57.448	(57.448)	40.960	(40.960)
Total		3.894.076	(112.074)	2.878.154	(82.057)

c.1 Composição PCLD por atividade econômica

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Pessoa jurídica	(5.313)	(5.152)
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	(6.615)	(1.841)
Financiamentos imobiliários	(22.915)	(24.250)
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	(10.570)	(15.298)
Pessoa física	(61.880)	(32.556)
Outros Créditos	(4.782)	(2.960)
Total	(112.074)	(82.057)

Durante o período findo em 30 de junho de 2019, o total de créditos recuperados foi de R\$10.173 (30 de junho de 2018: R\$ 15.943), o de créditos renegociados foi de R\$3.009 (30 de junho de 2018: R\$ 2.708) e de créditos baixados como prejuízo foi de R\$31.235 (30 de junho de 2018: R\$31.936).

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	(89.870)	(85.212)
Provisão constituída	(63.867)	(34.695)
Reversão de provisão	10.428	5.914
Baixas para prejuízo	31.235	31.936
Saldo final	(112.074)	(82.057)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 9a)	(107.292)	(79.097)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 10)	(4.782)	(2.960)

e. Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Provisão constituída	(63.867)	(34.695)
Reversão de provisão	10.428	5.914
Despesa de PCLD líquida de recuperações	(53.439)	(28.781)

f. Rendas de operações de crédito

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Rendas Pessoa jurídica	52.673	39.351
Rendas Financiamentos imobiliários	80.292	68.993
Rendas Empréstimos imobiliários	55.133	46.934
Rendas Pessoa física	118.161	96.898
Renda bruta de operações de crédito	306.259	252.176
Recuperação de créditos baixados	10.173	15.943
(-) Despesas de comissões pagas	(7.451)	(13.970)
Total	308.981	254.149

10 Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Carteira de câmbio	40	1.277	40	1.277
Adiantamentos a terceiros	4.315	1.892	7.209	2.138
Impostos e contribuições a compensar	7.573	8.927	7.741	9.108
Negociação e intermediação de valores	2.153	4	2.153	4
Outras rendas a receber	662	-	2.835	750
Devedores diversos (a)	204.486	57.649	205.744	58.388
Créditos tributários (d)	38.843	26.258	39.023	26.623
Cheques a receber	-	577	-	577
Bonificações a receber	6.110	5.271	6.110	5.271
Valores a receber relativos a transações de pagamentos (Nota 9) (b)	391.478	134.500	391.478	134.500
Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9) (b)	74.834	33.852	74.834	33.852
(-) Provisão para outros créditos (Nota 9)	(4.695)	(2.497)	(4.695)	(2.497)
Total circulante	725.799	267.710	732.472	269.991
Créditos tributários (d)	968	10.562	968	10.562
Depósito em garantia (c)	1.078	1.007	1.078	1.007
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 9) (b)	6.043	9.434	6.043	9.434
(-) Provisão para outros créditos (Nota 9)	(87)	(463)	(87)	(463)
Total não circulante	8.002	20.540	8.002	20.540
	733.801	288.250	740.474	290.531

- (a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$58.989 (2018: R\$48.667), recompra de operações de crédito no valor de R\$3.044 (2018: R\$3.818), outros valores R\$11.009 (2018: R\$3.741), valores em custódia ATM no montante de R\$102.542 (2018: R\$1.423) e devedores diversos de bens não de uso no valor de R\$28.900 (2018: R\$0).
- (b) Referem-se à acordos com operações de crédito pessoal, imobiliário e com pessoas jurídicas, assim como operações a receber de cartão de crédito.
- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$930 (2018: R\$879); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$148 (2018: R\$129).

- (d) Os créditos tributários são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito. A totalidade desses créditos tem sua realização estimada até 2020.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões cíveis e trabalhistas sobre as operações com realização prevista para 2019.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 5,98% a.a.), está descontado de R\$469, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$39.342 em 30 de junho de 2019.

Itens-base do diferimento	Controladora		
	30/06/2019		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	82.976	82.976	33.190
Provisão sob ações cíveis e fiscais	13.518	13.518	5.407
Provisão sob processos trabalhistas	4.112	4.112	1.645
Diferenças temporárias diversas	(1.078)	(1.078)	(431)
Base de cálculo	99.528	99.528	39.811
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	24.882	14.929	39.811
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	92.975	92.975	37.190
Constituição do período	29.610	29.610	11.844
Realização do período	(23.057)	(23.057)	(9.223)
Créditos tributários em 30 de junho de 2019	99.528	99.528	39.811
		Circulante	38.843
		Não Circulante	968

Controladora			
30/06/2018			
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	56.228	56.228	25.302
Provisão sob ações cíveis e fiscais	2.805	2.805	1.262
Provisão sob processos trabalhistas	12.617	12.617	5.678
Provisão para desvalorização de bens	276	276	124
Diferenças temporárias diversas	2.068	2.068	931
Prejuízo fiscal	<u>7.829</u>	<u>7.829</u>	<u>3.523</u>
Base de cálculo	81.823	81.823	36.820
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	20.456	16.364	36.820
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	76.763	76.763	34.543
Constituição do período	32.948	29.035	14.827
Realização do período	(27.888)	(29.220)	(12.550)
Créditos tributários em 30 de junho de 2018	<u>81.823</u>	<u>76.578</u>	<u>36.820</u>
		Circulante	26.258
		Não Circulante	10.562

Consolidado			
30/06/2019			
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	82.976	82.976	33.189
Provisão sob ações cíveis e fiscais	13.518	13.518	5.407
Provisão sob processos trabalhistas	4.112	4.112	1.645
Diferenças temporárias diversas	(1.078)	(1.078)	(431)
Prejuízo fiscal	<u>453</u>	<u>453</u>	<u>181</u>
Base de cálculo	99.981	99.981	39.991
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	24.995	14.996	39.991
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	93.827	93.827	37.531
Constituição do período	30.208	30.208	12.083
Realização do período	(24.032)	(24.032)	(9.623)
Créditos tributários em 30 de junho de 2019	<u>100.003</u>	<u>100.003</u>	<u>39.991</u>
		Circulante	39.023
		Não Circulante	968

	Consolidado		
	30/06/2018		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	56.228	56.228	25.302
Provisão sob ações cíveis e fiscais	2.805	2.805	1.262
Provisão sob processos trabalhistas	12.617	12.617	5.678
Provisão para desvalorização de bens	276	276	124
Diferenças temporárias diversas	2.068	2.068	931
Prejuízo fiscal	<u>8.641</u>	<u>8.641</u>	<u>3.888</u>
Base de cálculo	82.635	82.635	37.185
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	20.659	16.526	37.185
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	77.575	77.575	34.908
Constituição do período	32.948	32.948	14.827
Realização do período	(27.888)	(72.090)	(12.550)
	<u>82.635</u>	<u>38.433</u>	<u>37.185</u>
Créditos tributários em 30 de junho de 2018			
		Circulante	26.623
		Não Circulante	10.562

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					
	30/06/2019					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
Período	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	97.108	96.078	24.277	24.020	14.566	14.412
2020	<u>2.420</u>	<u>2.277</u>	<u>605</u>	<u>569</u>	<u>363</u>	<u>342</u>
Total do circulante	<u>97.108</u>	<u>96.078</u>	<u>24.277</u>	<u>24.020</u>	<u>14.566</u>	<u>14.412</u>
Total do não circulante	<u>2.420</u>	<u>2.277</u>	<u>605</u>	<u>569</u>	<u>363</u>	<u>342</u>
Total geral	<u><u>99.528</u></u>	<u><u>98.355</u></u>	<u><u>24.882</u></u>	<u><u>24.589</u></u>	<u><u>14.929</u></u>	<u><u>14.753</u></u>

Controladora						
30/06/2018						
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
Período	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	40.304	39.438	10.076	9.860	8.061	7.888
2020	41.519	23.760	10.380	5.940	8.304	4.752
Total do circulante	58.350	56.689	14.587	14.172	11.670	11.338
Total do não circulante	23.473	6.509	5.868	1.627	4.695	1.302
Total geral	81.823	63.198	20.455	15.799	16.365	12.640

Consolidado						
30/06/2019						
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
Período	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	97.583	96.526	24.391	24.127	14.632	14.474
2020	2.420	2.277	605	569	363	342
Total do circulante	97.583	96.526	24.391	24.127	14.632	14.474
Total do não circulante	2.420	2.277	605	569	363	342
Total geral	100.003	98.803	24.996	24.696	14.995	14.815

Consolidado						
30/06/2018						
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
Período	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	41.116	40.223	10.277	10.056	8.224	8.045
2020	41.519	23.760	10.380	5.940	8.304	4.752
Total do circulante	59.162	57.474	14.790	14.369	11.833	11.495
Total do não circulante	23.473	6.509	5.867	1.627	4.695	1.302
Total geral	82.635	63.983	20.657	15.994	16.528	12.797

11 Outros valores e bens

<i>Bens não de uso próprio (a)</i>	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Bens não de uso próprio	106.769	87.526	106.769	87.526
Bens em regime especial	-	2.038	-	2.038
Estoque de materiais	1.418	671	1.418	671
Provisão para desvalorização	-	(277)	-	(277)
	<u>108.187</u>	<u>89.958</u>	<u>108.187</u>	<u>89.958</u>
Despesas antecipadas (b)				
Despesas antecipadas correspondentes	4.465	15.206	4.465	15.206
Deságio na colocação de títulos	336	1.065	336	1.065
Outras despesas antecipadas	<u>21.900</u>	<u>14.454</u>	<u>21.900</u>	<u>14.461</u>
	<u>26.701</u>	<u>30.725</u>	<u>26.701</u>	<u>30.732</u>
Total	<u>134.888</u>	<u>120.683</u>	<u>134.888</u>	<u>120.690</u>
Circulante	24.913	59.655	24.913	59.662
Não circulante	109.975	61.028	109.975	61.028

- (a) Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e consolidações. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração.
- (b) As despesas com comissões pagas aos correspondentes até dezembro de 2014 estão sendo diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015 são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.294/2013.

12 Investimentos

Os ajustes dos investimentos são realizados pelo método de equivalência patrimonial e pelo custo, conforme demonstrado abaixo:

Empresas controladas	Empresas controladas	Nota	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de Equivalência	
						30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda	Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	(a)	100	100	60,0%	60	4.591	5.346	477
Intermedium DTVM Ltda	Inter DTVM Ltda	(a)	25.000	26.793	98,3%	26.347	1.968	1.157	3.902
Inter Asset Administradora de Fundos Ltda.	Inter Asset	(a)	5.000	4.957	100,0%	4.957	-	(43)	-
Total	Total					<u>31.364</u>	<u>6.559</u>	<u>6.460</u>	<u>4.379</u>
Ações e quotas	Outros Investimentos	(b)				1.105	1.105	-	-
	Total geral Investimentos					<u>32.469</u>	<u>7.664</u>	<u>6.460</u>	<u>4.379</u>

Em janeiro de 2019 foi constituída e adquirida pelo Banco a Inter Asset, empresa administradora de fundos de investimentos.

Em 8 de maio de 2019, o Banco celebrou um contrato de compra e venda de quotas de emissão de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), com a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz"), por meio da qual o Banco se comprometeu a alienar 40% das quotas de emissão da Inter Seguros por valor correspondente a R\$114 milhões, sendo (i) R\$45 milhões fixos e pagos na data de fechamento e (ii) R\$69 milhões variáveis, nos termos do contrato de compra e venda de quotas, divididos em quatro parcelas anuais, as quais estão sujeitas a ajustes de acordo com a performance financeira da Inter Seguros, aferida pelo seu EBITDA, calculado com base nas demonstrações financeiras em IFRS da Inter Seguros. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 07 de junho de 2019, e une a plataforma digital com mais de 2 milhões de clientes do Banco, com a expertise de 45 anos da Wiz em gestão de canais de

distribuição de seguridade e serviços bancários, criando um relevante canal digital de distribuição de seguridade do Brasil.

a. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica “Resultado de participações em controladas”.

b. Outros investimentos

No exercício de 2016, o Banco adquiriu 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$ 1.105. Tal investimento está avaliado pelo custo.

13 Intangível

		Controladora					
		30/06/2019			30/06/2018		
a. Intangível	Taxa anual amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso		17.180	(5.235)	11.945	1.640	(191)	1.449
Software		3.595	(36)	3.559	2	-	2
Intangível em andamento	20%	36.106	-	36.106	7.177	-	7.177
Total de Intangível		56.881	(5.271)	51.610	8.819	(191)	8.628

		Consolidado					
		30/06/2019			30/06/2018		
a. Intangível	Taxa anual amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso		17.209	(5.262)	11.947	1.669	(34)	1.635
Software		4.224	(132)	4.092	2	(181)	(179)
Intangível em andamento	20%	36.888	-	36.888	7.177	-	7.177
Total de Intangível		58.321	(5.394)	52.927	8.848	(215)	8.633

a. Movimentação do intangível

Controladora

Ativos intangíveis - custo histórico

	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	3.839	2.436	21.100	27.375
Adições	13.341	1.159	15.006	29.506
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2019	17.180	3.595	36.106	56.881

Ativo intangível - amortização acumulada

	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	(1.153)	(181)	-	(1.334)
Adições	(3.901)	(36)	-	(3.937)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2019	(5.054)	(217)	-	(5.271)
Total de intangível	12.126	3.378	36.106	51.610

Controladora

Ativos intangíveis - custo histórico

	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	975	-	-	975
Adições	665	2	7.177	7.844
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	1.640	2	7.177	8.819

Ativo intangível - amortização acumulada

	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	(17)	-	-	(17)
Adições	7	(181)	-	(174)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	(10)	(181)	-	(191)
Total de intangível	1.630	(179)	7.177	8.628

Consolidado

Ativos intangíveis - custo histórico

	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	3.868	2.819	21.099	27.786
Adições	13.341	1.405	15.789	30.535
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2019	17.209	4.224	36.888	58.321

Ativo intangível - amortização acumulada

	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	(1.178)	(187)	-	(1.365)
Adições	(3.903)	(126)	-	(4.029)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2019	(5.081)	(313)	-	(5.394)
Total de intangível	12.128	3.911	36.888	52.927

Consolidado

Ativos intangíveis - custo histórico

	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	1.004	-	-	1.004
Adições	669	(2)	7.177	7.846
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	1.673	(2)	7.177	8.848

Ativo intangível - amortização acumulada

	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	(40)	-	-	(40)
Adições	6	(181)	-	(175)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	(34)	(181)	-	(215)
Total de intangível - valor	1.639	(183)	7.177	8.633

14 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

Controladora					
30/06/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	1.117.807	-	-	-	1.117.807
Depósitos Poupança	162.580	-	-	-	162.580
Depósitos a prazo	21.517	138.688	170.643	1.526.278	1.857.126
Total geral	1.301.904	138.688	170.643	1.526.278	3.137.513
Total do circulante					1.611.235
Total do não circulante					1.526.278

Controladora					
30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	353.223	-	-	-	353.223
Depósitos interfinanceiros	1.182	-	-	-	1.182
Depósitos a prazo	9.352	168.272	293.418	992.225	1.463.267
Outros depósitos	9.459	-	-	-	9.459
Total geral	373.216	168.272	293.418	992.225	1.827.131
Total do circulante					834.906
Total do não circulante					992.225

Consolidado					
30/06/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	1.111.719	-	-	-	1.111.719
Depósitos Poupança	162.580	-	-	-	162.580
Depósitos a prazo	21.517	138.688	170.643	1.521.297	1.852.145
Total geral	1.295.816	138.688	170.643	1.521.297	3.126.444
Total do circulante					1.605.147
Total do não circulante					1.521.297

Consolidado					
30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	352.026	-	-	-	352.026
Depósitos a prazo	9.352	168.272	293.418	986.753	1.457.795
Outros depósitos	9.459	-	-	-	9.459
Total geral	370.837	168.272	293.418	986.753	1.819.280
Total do circulante					832.527
Total do não circulante					986.753

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

Controladora					
30/06/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	146.472	686.611	348.027	631.060	1.812.170
Letras Financeiras	-	-	10.859	-	10.859
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.366	12.366
Total geral	146.472	686.611	358.886	643.426	1.835.395
Total do circulante					1.191.969
Total do não circulante					643.426

Controladora					
30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	150.798	488.687	303.630	535.631	1.478.746
Letras de Crédito Agronegócio	-	20.431	-	-	20.431
Letras Financeiras	-	-	1.815	10.170	11.985
Total geral	150.798	509.118	305.445	545.801	1.511.162
Total do circulante					965.361
Total do não circulante					545.801

Consolidado					
30/06/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	146.472	686.612	347.918	631.060	1.812.062
Letras Financeiras	-	-	10.859	-	10.859
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.366	12.366
Total geral	146.472	686.612	358.777	643.426	1.835.287
Total do circulante					1.191.861
Total do não circulante					643.426

Consolidado					
30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	150.798	488.687	303.630	535.631	1.478.746
Letras de Crédito Agronegócio	-	20.431	-	-	20.431
Letras Financeiras	-	-	1.815	10.170	11.985
Total geral	150.798	509.118	305.445	545.801	1.511.162
Total do circulante					965.361
Total do não circulante					545.801

Em 28 de dezembro de 2018 foram emitidos R\$12 milhões em Letra Imobiliária Garantida (LIG) com percentual de remuneração de 98% do CDI. Em 30 de junho de 2019 esta emissão está garantida por financiamentos imobiliários para aquisição de imóveis residenciais no montante de R\$17.410 (2018: R\$0), aproximadamente 0,26% do ativo total.

No período findo em 30 de junho de 2019 o Banco não possuía captações de DPGE (30 de junho de 2018: R\$14.482 remunerados à taxa média de 102% do CDI). Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 108,9% do CDI (2018: 98,2%).

c. Despesas com operações de captação no mercado

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de captação		
Depósitos Interfinanceiros	-	(137)
Despesa com Depósitos de poupança	(2.046)	-
Depósitos à prazo	(56.813)	(49.896)
Letra Imobiliária Garantida	(363)	-
Letras de Crédito Imobiliário	(59.062)	(52.985)
Letras de Crédito Agronegócio	(114)	(532)
Total	(118.398)	(103.550)
Despesas com obrigações por operações		
Letras financeiras	(391)	(275)
Total	(391)	(275)
Total das despesas com captção no mercado	(118.789)	(103.825)

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de captação		
Depósitos Intefinanceiros	-	(137)
Despesa com Depósitos de poupança	(2.046)	-
Depósitos à prazo	(56.541)	(49.703)
Letra Imobiliária Garantida	(363)	-
Letras de Crédito Imobiliário	(59.062)	(52.985)
Letras de Crédito Agronegócio	(114)	(532)
Total	(118.126)	(103.357)
Despesas com obrigações por operações		
Despesa com Letras financeiras	(391)	(275)
Total	(391)	(275)
Total das despesas com captção no mercado	(118.517)	(103.632)

15 Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

Controladora e Consolidado					
30/06/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos	110	550	660	29.502	30.822
Total geral	110	550	660	29.502	30.822
Total do circulante					1.320
Total do não circulante					29.502

Controladora e Consolidado					
30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos	113	567	681	31.882	33.243
Total geral	113	567	681	31.882	33.243
Total do circulante					1.361
Total do não circulante					31.882

16 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Impostos devidos	11.155	7.897	11.688	7.897
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	130.002	59.471	133.637	62.353
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.026	-	6.049	1.042
Dividendos / Juros sobre capital próprio a pagar (nota 17d)	11.354	15.805	14.354	16.429
Operações de câmbio	322	3.385	322	3.385
Credores por recursos a liberar (c)	73.180	40.494	73.180	40.494
Parcelado lojista	-	63.981	-	63.981
Valores a pagar a sociedades ligadas	814	-	1.298	-
Outras obrigações	374	100	3.441	112
Provisão para contingências (b)	18.561	16.301	18.561	16.301
Total	250.788	207.434	262.530	211.994
Circulante	231.643	187.467	243.385	192.027
Não circulante	19.145	19.967	19.145	19.967

(a) Estes valores são representados principalmente por pagamentos a processar no valor de R\$72.205 (2018: R\$19.069), provisão para credores e fornecedores diversos de R\$22.791 (2018: R\$14.116), financiamentos a liberar no valor de R\$5.958 (2018: R\$6.811), cheque administrativo, no valor de R\$973 (2018: R\$155), convênios no valor de R\$722 (2018: R\$66) e provisões trabalhistas no valor de R\$13.163 (2018: R\$7.442);

(b) Provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$17.630 (2018: R\$15.442), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20. compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de

balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$930 (2018: R\$879); cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 10); e

- (c) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a clientes referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

17 Transações com partes relacionadas

			<u>30/06/2019</u>		<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2018</u>
	Prazo médio	Taxa média	Passivos	Despesas	Passivos	Despesas
Controlador (a)						
Captações (depósitos e letras)	3 a 36 meses	92 a 102% CDI	(60.169)	(1.448)	(62.896)	(2.538)
Controladas (b)						
Captações (depósitos e letras)	3 a 61 meses	90 a 102% CDI	(6.100)	(1.144)	(32.369)	(1.905)
Pessoal-chave da Administração (c)						
Captações (depósitos e letras)	12 a 61 meses	97 a 104% CDI	(35.384)	(414)	(5.961)	(276)
Outras partes relacionadas (d)						
Pessoas físicas e jurídicas relacionadas	3 a 61 meses	92 a 110% CD	(51.702)	(832)	(266.564)	(9.040)

(a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição;

(b) qualquer entidade sob controle da instituição;

(c) qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal;

(d) quaisquer membros da família imediata do pessoal-chave da administração ou empresas por estes controladas;

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigente nas datas das operações.

O Banco possui também operações de aluguéis de imóveis junto a partes relacionadas. Em 30 de junho de 2019 as despesas com estes aluguéis totalizaram R\$1.556 (2018: R\$1.412).

Em 30 de junho de 2019 o Banco possui Certificados de Recebíveis Imobiliários emitidos pela LOG Commercial Properties no montante de R\$43.568.

A partir de 01 de janeiro de 2019, conforme resolução CMN nº 4.693, o Banco e suas controladas podem conceder operações de crédito para a suas partes relacionadas desde que observados os seguintes limites:

- 1% do patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas para contratação com pessoa natural; e
- 5% do patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas para contratação com pessoa jurídica.

O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas.

Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía o montante de R\$ 19.608 em operações de crédito com partes relacionadas. Ademais, o Banco possuía saldos a receber de operações com cartões de crédito no montante de R\$ 2.936.

a. Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco é paga integralmente pelo Banco Inter S.A, sem o respectivo reembolso. O Banco possui plano de opção de compra de ações preferenciais para os seus Administradores. Maiores informações sobre o plano estão detalhadas na nota explicativa nº 27.

A remuneração dos Administradores do Banco Inter S.A para o período findo em 30 de junho de 2019 foi de, aproximadamente, R\$7.814 (30 de junho de 2018: R\$4.865) ad referendum à Assembleia Geral Ordinária.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 (d), do lucro do período findo em 30 de junho de 2019, foram propostos juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 25.626 (2018: R\$ 18.335).

18 Imposto de renda e contribuição social

O Banco constituiu provisões temporariamente não dedutíveis no montante aproximado de R\$ 82.976 (2018: R\$ 68.994), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 30 de junho de 2019, perfazia um montante de R\$ 33.190 (2018: R\$ 27.597).

Além disso, o Banco mantém bases de cálculo de créditos tributários relativas a: provisão para danos morais, no valor de R\$ 13.518 (2018: R\$ 14.233); provisões trabalhistas, no valor de R\$ 4.112 (2018: R\$ 3.947); provisão para desvalorização de bens não de uso próprio, no valor de R\$ 0 (2018: R\$ 276) e decorrentes de outras diferenças temporárias no valor de R\$ 7.656 (2018: R\$ 5.525). O total destes créditos tributários é de R\$ 10.115 (2018: R\$ 9.606).

A Administração, com base na Resolução CMN nº 3.059/2002, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 10 (d).

	Controladora			
	30/06/2019		30/06/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.421	47.421	39.416	39.416
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(25.626)	(25.626)	(18.334)	(18.334)
Equivalência patrimonial	(6.460)	(6.460)	(4.379)	(4.379)
PCLD, líquida	6.496	6.496	(1.899)	(1.899)
Provisões para contingências	(550)	(550)	-	-
Hedge	(6.815)	(6.815)	-	-
Despesas IPO	-	-	(30.364)	(30.364)
Outras, líquidas	(1.680)	(1.680)	13.016	13.016
Base de cálculo	<u>12.786</u>	<u>12.786</u>	<u>(2.544)</u>	<u>(2.544)</u>
Alíquota efetiva	(1.918)	(1.918)	-	-
Alíquota adicional (10%)	(1.267)	-	-	-
Incentivos fiscais	76	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	1.638	970	(6.326)	(5.061)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.471)</u>	<u>(948)</u>	<u>(6.326)</u>	<u>(5.061)</u>
Provisão para imposto de renda		(3.109)		-
Provisão para contribuição social		(1.918)		-
Ativo fiscal diferido		2.608		(11.387)
Total Imposto de renda e contribuição social		<u>(2.419)</u>		<u>(11.387)</u>

	Consolidado			
	30/06/2019		30/06/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Real				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.217	49.217	40.397	40.397
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(25.626)	(25.626)	(18.334)	(18.334)
Equivalência patrimonial	(6.460)	(6.460)	(4.379)	(4.379)
PCLD, líquida	6.496	6.496	(1.899)	(1.899)
Provisões para contingências	(550)	(550)	-	-
Hedge	(6.815)	(6.815)	-	-
Despesas IPO	-	-	(30.364)	(30.364)
Outras, líquidas	(1.680)	(1.680)	13.016	13.016
Base de cálculo	<u>14.582</u>	<u>14.582</u>	<u>(1.563)</u>	<u>(1.563)</u>
Dedução 30% prejuízo fiscal	(558)	(558)	(295)	(295)
Lucro real e base de cálculo	<u>14.024</u>	<u>14.024</u>	<u>(1.858)</u>	<u>(1.858)</u>
Apuração Lucro Presumido				
Receita de serviços	9.492	9.492	9.024	9.024
Lucro presumido (32%)	3.037	3.037	2.888	2.888
Outras receitas	141	141	162	162
Base de cálculo	<u>3.178</u>	<u>3.178</u>	<u>3.050</u>	<u>3.050</u>
Aliquota efetiva	(2.585)	(2.400)	(561)	(412)
Aliquota adicional (10%)	(1.696)	-	(351)	-
Incentivos fiscais / Deduções legais	84	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	1.612	835	(6.400)	(5.120)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.585)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>(7.312)</u>	<u>(5.532)</u>
Provisão para imposto de renda		(4.197)		(912)
Provisão para contribuição social		(2.400)		(412)
Ativo fiscal diferido		2.447		(11.520)
Total Imposto de renda e contribuição social		<u>(4.150)</u>		<u>(12.844)</u>

Não houve recolhimento por estimativa de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de junho de 2019 e 2018.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 15 de abril de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria do aumento de capital em R\$627 mediante a emissão de até 123.123 novas ações preferenciais para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos, não se aplicando o direito de preferência dos atuais acionistas para subscrição de novas ações, conforme previsto no §3º do art. 171 da Lei 6.404/1976.

Em 30 de junho de 2019 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 101.534.167 ações nominativas, sendo 50.767.085 ordinárias e 50.767.082 preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Lucros.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Banco Inter adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

As destinações dos resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018, estão apresentadas a seguir:

Destinação do Resultado	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido	45.002	28.029
Reserva Legal	(2.250)	(1.401)
JSCP pagos e/ou dividendos provisionados	(25.626)	(18.335)
Reserva estatutária	(17.126)	(8.293)

Em 21 de junho de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria para a declaração e o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$ 12.813.

	30/06/2019		30/06/2018	
	Valor provisionado	Valor por ação	Valor provisionado	Valor por ação
Juros sobre capital próprio pago no semestre	20.846	0,21	7.224	0,10
Dividendos provisionados	12.813	0,13	18.335	0,23
Imposto Juros sobre capital próprio à pagar	(1.460)	(0,00)	(2.529)	(0,03)
Juros sobre capital próprio líquido à pagar	11.353	0,11	15.806	0,20

e. Ações em tesouraria

Em 22 de março de 2019, a Administração do Banco optou por revender 11.000 ações em tesouraria. Em 15 de abril de 2019 foram entregues 109.100 ações preferenciais que estavam mantidas em tesouraria para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos.

Em 30 de junho de 2019 o Banco não possui ações preferenciais nominativas em tesouraria. O saldo dessas ações em 30 de junho de 2019 é de R\$ 0 (2018: R\$ 432).

f. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 105 (2018: R\$ 3.340). Deste total, o montante de R\$ 105 (2018: R\$ 85) corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda e cotas de fundos de investimentos, que são marcados a mercado. Em 30 de junho de 2018 o montante de R\$ 3.470 refere-se ao ágio pago na aquisição de participação da controlada Inter Digital, transação esta realizada com os cotistas não controladores.

g. Lucro por ação

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	45.002	28.029
Número médio de ações	101.534	80.497
Lucro por ação (R\$)	0,45	0,35
Lucro por ação diluído (R\$)	0,44	0,24

Para fins de comparabilidade, o número médio de ações e cálculo do lucro por ação apresentados anteriormente foram alterados na razão de 6 ações a cada 1 ação para demonstrar o desdobramento das ações ocorrido em 2018.

20 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que se referem a ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Inter é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis, trabalhistas e fiscais no valor de R\$18.550 (2018: R\$19.086), registrada sob a rubrica “outras obrigações”, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16 (c). Vide movimentação dos saldos no item “b.1”. B

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.945	14.225	916	19.086
Constituições/atualizações	1.398	844	14	2.256
Pagamentos/reversões	(1.231)	(1.551)	-	(2.782)
Saldo em 30 de junho de 2019	4.112	13.518	930	18.560
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.935	9.953	853	13.741
Constituições/atualizações	678	7.643	26	8.347
Pagamentos/reversões	(809)	(4.978)	-	(5.787)
Saldo em 30 de junho de 2018	2.804	12.618	879	16.301

c. Passivos contingentes com perdas possíveis

c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

c.1.1 Imposto de renda e contribuição social

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$ 915, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados em março de 2019:

Principal, no valor de R\$10.300; multa, de R\$19.892; juros, de R\$21.171 - Total de R\$51.363.

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c.1.2 Cofins

- (i) O Banco Inter possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item (i) acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para março de 2019: principal no valor R\$1.255; multa R\$251; juros, R\$2.474 - Total de R\$3.979.

Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até março de 2019: principal, valor R\$3.496; multa, R\$699; juros R\$ 4.456 - Total de R\$8.652.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

COFINS: Principal, no valor de R\$10.027; juros e encargos, de R\$ 14.231 - Total de R\$24.258.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal, no valor de R\$ 11.212; multa R\$8.409; juros, de R\$12.561- Total de R\$32.182.

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal, valor de R\$1.367; multa, R\$274, juros de R\$697 - Total de R\$2.337.

- (vii) Em 24 de janeiro de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de multa isolada de 50% sobre o valor do débito cuja compensação não foi homologada nos autos do processo administrativo nº 10680.723654/2015-41

Multa isolada, no valor de R\$688; juros R\$ 116 - Total de R\$804.

- (viii) Em 05 de abril de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2013, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das "receitas financeiras" na base de cálculo.

Principal, valor de R\$8.804, multa; de R\$ 6.603; juros R\$ 6043 - Total de R\$21.451.

Em 26/03/2019, o recurso voluntário foi distribuído para a 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção de Julgamentos do CARF. Aguarda-se inclusão do recurso na pauta de julgamentos do CARF.

- (ix) Em 31 de outubro de 2018, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2014, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das "receitas financeiras" na base de cálculo.

Principal, valor de R\$9.307, multa, de R\$ 6.983; juros R\$ 4.767 - Total de R\$21.059

Aguarda-se o julgamento de impugnação apresentada pelo Banco.

21 Rendas de prestação de serviço

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de Tarifas Bancarias	10.087	2.286
Outros serviços	1.480	893
Taxas de gestão e estruturação	1.217	1.859
Rendas de intercâmbio	22.046	6.686
Taxas de cadastro crédito imobiliário	1.288	1.862
Taxas de cadastro empréstimos PJ	2.047	2.190
Outras rendas de prestação de serviço	4	4
Total	38.169	15.780

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de Tarifas Bancarias	10.088	2.286
Outros serviços	1.498	893
Corretagem de seguros	9.202	9.024
Rendas de comissões e colocação de títulos	3.961	-
Rendas de corretagens e operações em bolsa	147	124
Administração de fundos	300	610
Taxas de gestão e estruturação	1.217	1.859
Rendas de intercâmbio	22.046	6.686
Taxas de cadastro crédito imobiliário	1.288	1.862
Taxas de cadastro empréstimos PJ	2.047	2.190
Outras rendas de prestação de serviço	4	4
Total	51.798	25.538

As rendas de tarifas bancárias referem-se, substancialmente, a tarifas e taxas de serviços de compensação e tarifas interbancárias.

22 Despesas de Pessoal

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Salários	(32.471)	(21.521)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(5.676)	(4.865)
Encargos sociais e previdenciários	(12.686)	(8.219)
Participação nos lucros	(6.060)	(4.305)
Despesas de férias e 13º salário	(5.737)	(3.673)
Benefícios	(9.653)	(6.219)
Outros	(411)	(380)
Total	(72.694)	(49.182)

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Salários	(33.668)	(22.485)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(6.117)	(8.735)
Encargos sociais e previdenciários	(13.179)	(8.678)
Participação nos lucros	(6.243)	(4.484)
Despesas de férias e 13º salário	(5.974)	(3.864)
Benefícios	(9.993)	(6.430)
Outros	(462)	(402)
Total	(75.636)	(55.078)

23 Outras despesas administrativas

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Prestação de serviços	(4.272)	(3.317)
Processamento de dados	(43.806)	(17.795)
Aluguel	(4.094)	(2.870)
Comunicação	(21.602)	(3.724)
Despesas bancárias	(19.077)	(10.233)
Serviços técnicos especializados	(10.328)	(8.802)
Propaganda e publicidade	(17.343)	(9.711)
Manutenção e conservação de bens	(1.618)	(2.139)
Despesas cartoriais e judiciais	(1.049)	(1.059)
Amortização e depreciação	(5.114)	(775)
Outros	(5.851)	(4.226)
Total	(134.154)	(64.651)

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Prestação de serviços	(4.407)	(3.362)
Processamento de dados	(44.674)	(18.009)
Aluguel	(4.135)	(2.921)
Comunicação	(21.697)	(3.751)
Despesas bancárias	(20.000)	(10.309)
Serviços técnicos especializados	(10.497)	(8.871)
Propaganda e publicidade	(17.400)	(9.743)
Manutenção e conservação de bens	(1.636)	(2.152)
Despesas cartoriais e judiciais	(1.053)	(1.059)
Amortização e depreciação	(5.210)	(779)
Outros	(6.096)	(4.387)
Total	(136.805)	(65.343)

24 Outras receitas operacionais

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Recuperação de encargos e despesas	1.377	3.461
Rendas de aplicações no exterior	-	-
Tarifas de avaliações	3.132	1.860
Receita de portabilidade	204	397
Rendas de títulos e créditos a receber	778	1.478
Receitas de performance	6.392	7.230
Outras rendas	10.398	398
Total	22.281	14.824

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Recuperação de encargos e despesas	1.377	3.864
Tarifas de avaliações	3.131	1.860
Rendas de aplicações no exterior	-	-
Receita de portabilidade	203	397
Rendas de títulos e créditos a receber	778	1.478
Receitas de performance	6.393	7.230
Outras rendas	10.640	401
Total	22.522	15.230

25 Outras despesas operacionais

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Descontos concedidos	(4.755)	(1.455)
Despesas com portabilidade	(838)	(92)
Despesa tarifa de saque cartão	(13.006)	(3.666)
Despesas com cartões	(502)	(1.242)
Despesas com câmbio	(2.980)	(988)
Outras	(13.381)	(1.590)
Total	(35.462)	(9.033)

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Descontos concedidos	(4.755)	(1.455)
Despesas com portabilidade	(839)	(92)
Despesa tarifa de saque cartão	(13.006)	(2.070)
Despesas com cartões	(501)	(1.242)
Despesas com câmbio	(2.980)	(989)
Outras	(13.388)	(1.594)
Total	(35.469)	(7.442)

26 Resultado não operacional

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	(637)	(52)
Outros ganhos (perdas) de capital	40.328	143
Reversão (Provisão) para desvalorização de bens	-	-
Provisão para contingências	(3.328)	(7.386)
Outras despesas	259	-
Total	36.622	(7.295)

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	(636)	(52)
Outros ganhos (perdas) de capital	40.328	143
Provisão para contingências	(3.328)	(7.386)
Outras despesas	222	-
Total	36.586	(7.295)

A operação de venda pelo Banco de quotas de emissão de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. ("Inter Seguros") para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz") gerou ganho de capital de, aproximadamente, R\$ 40 milhões.

27 Pagamento baseado em ações

Ao longo dos anos, foram realizados no Banco e suas controladas planos de outorga de opções de compra de ações ao pessoal chave da Administração.

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual foram outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Banco Inter, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Inter, com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Banco Inter, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham

contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas, uma comunhão de interesses.

Dos planos atualmente vigentes, o primeiro iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira tranche, que se iniciou em 2012, e foi concluída em 2017, com uma desvalorização de ações dos acionistas de, aproximadamente, R\$1.700. Para as tranches de 2013 e 2014, que se encerrarão nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir outras 576.420 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$3,68.

Para as tranches de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de cinco anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

Em 2016, foi lançado um novo Plano de Opção de Compra de Ações, que entrou em vigor em 2017 e se encerrará em 2021, no qual o Banco poderá aumentar o Capital Social em até mais 564.000 (quinhentas e sessenta e quatro mil) ações preferenciais nominativas, segregadas em cinco tranches, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração. As opções que tornarem-se exercíveis terão o valor unitário de R\$ 4,62, podendo ser exercidas pelo participante em até três anos do decurso do último período de carência.

Em 6 de fevereiro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Inter S.A. o Plano IV de Aquisição de Opções de Ações. Estas opções poderão ser exercidas dentro do período de 3 (três) anos, contados dos respectivos períodos de carência, e após o que serão automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O preço de exercício das opções outorgadas nos planos é equivalente ao valor patrimonial por ação no fechamento do ano anterior à outorga.

As regras para exercício e extinção das opções fazem parte do regulamento do plano e estão arquivadas na sede do Banco e suas controladas.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, no primeiro trimestre de 2018 foi aprovado o desdobramento das ações na razão de 6 ações a cada 1. Para fins de comparabilidade, as informações correspondentes abaixo demonstradas foram atualizadas para refletir este desdobramento e a atual posição dos planos.

As principais características dos Planos estão descritas abaixo:

Plano	Aprovação	Opções	Vesting	Preço Médio de Exercício	Participantes	Prazo Final de Exercício
2	24/02/2012	1.699.470	Até 5 anos	R\$2,63	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2019 31/12/2020 31/12/2021
3	30/09/2016	588.000	Até 5 anos	R\$4,62	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2023
4	15/02/2018	1.675.488	Até 5 anos	R\$5,42	Diretores, gestores e colaboradores chave	15/02/2025

As movimentações das opções de cada plano para o exercício findo em 30 de junho de 2019 e informações complementares são demonstradas abaixo:

Movimentações 30/06/2019 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/ Canceladas	Exercidas	Saldo Final
	2	12	240.288	-	15.480	74.549
	3	18	540.900	-	7.600	516.086
	4	25	1.641.248	50.000	21.600	1.583.598
Total			2.422.436	-	44.680	2.174.233
Preço Médio Pond. das Ações		R\$ 4,61	4,92	R\$ 4,34	R\$ 4,25	R\$ 4,62

Movimentações 31/12/2018 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/ Canceladas	Exercidas	Saldo Final
	2	12	979.728	-	124.278	240.288
	3	18	588.000	-	24.000	540.900
	4	25	1.675.488	50.000	-	1.641.248
Total			3.243.216	50.000	148.278	2.422.436
Preço Médio Pond. das Ações		R\$ 4,75	-	R\$ 3,91	R\$ 0,42	R\$ 4,90

Outras Informações

Plano	Núm. de Ações Exercíveis	Custo do Prêmio no Exercício	Custo de Prêmio a Ser Reconhecido	Período Remanescente do Custo de Remuneração (em anos)	Vida Contratual Remanescent e (em anos)
2	74.549	-	-	-	2
3	516.086	26	172	2	5
4	1.583.598	-	-	4	6

O impacto estimado é referente ao valor dos prêmios das opções outorgadas aos colaboradores nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa				
	2 (2012)	2(2013)	2(2014)	3(2016)	4(2018)
Preço de Exercício	1	3,69	3,69	4,62	5,42
Taxa Livre de Risco	10,19%	11,05%	11,15%	11,68%	9,97%
Duração do Exercício (anos)	7	7	7	7	7
Volatilidade Anualizada Esperada	35,06%	35,06%	35,06%	60,33%	64,28%
Valor Justo da Opção na Data de Outorga/Ação	1,83	0,88	0,99	1,13	0,32

O custo de prêmio referente ao programa nº 4 será de responsabilidade dos participantes, não sendo reconhecido nenhum custo por parte do Banco.

28 Gestão de Riscos

No Banco Inter, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do Banco e suas controladas e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus *stakeholders*.

O Banco Inter possui, ainda, a Comissão de Auditoria e o Comitê de Gestão de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Banco e suas controladas, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e a avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e da integridade das informações trabalhadas e do desempenho das auditorias interna e independente.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Banco estão disponíveis no sítio eletrônico www.bancointer.com.br, na seção Gestão de Riscos.

a. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Banco Inter, essa gestão é também avaliada periodicamente pelo Comitê de Ativos e Passivos, que, além de outras funções, também tem o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº CMN nº 4.557/2017.

b. Gestão de riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Banco.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Banco Inter, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

b.1 Análise de sensibilidade

O Banco avalia o comportamento da carteira em cenários de estresse por meio de choques nos indexadores. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo a seguir contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Fator de risco		IGPM	IPCA	PRÉ	CARTEIRA TOTAL
MtM em normalidade		3.569.306			
Choques por bases points					
-50 bps	CENÁRIO 3	3.586.755	3.670.258	3.584.669	3.703.071
-25 bps	CENÁRIO 2	3.577.953	3.619.074	3.576.942	3.635.358
-1 bps	CENÁRIO 1	3.569.649	3.571.270	3.569.609	3.571.916
+1 bps	CENÁRIO 1	3.568.963	3.567.344	3.569.002	3.566.697
+25 bps	CENÁRIO 2	3.560.808	3.520.906	3.561.758	3.504.861
+50 bps	CENÁRIO 3	3.552.459	3.473.828	3.554.297	3.441.973

Fonte: Sistema Basileia e Mercado

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 - situação possível tendo por base as variáveis de mercado como curvas IGPM, IPCA e PRÉ impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 - situação de deterioração e de elevação de 25 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração e de elevação de 50 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

Adicionalmente, afim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o Patrimônio de referência (PR), executamos testes de sensibilidade, em que avaliamos:

Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para vinte e um dias.

Fator de Risco	Percentil			
	1 - 1 ano(s)	99 - 1 ano(s)	1 - 5 ano(s)	99 - 5 ano(s)
Euro	(194)	570	(1.597)	518
Número índice IGP-M	(50.288)	(2.465)	(214.119)	(5.726)
Cupom de IGP-M	3.770	(72.320)	(3.725)	(118.545)
Número índice IPCA	(111.863)	534	(704.668)	45
Cupom de IPCA	(17.935)	(425.152)	(58.048)	(648.506)
PRÉ	(2.046)	(116.979)	(13.278)	(240.181)
Ações (Ibovespa)	(876)	(8)	(1.920)	(68)
Cupom de TR	(151)	(5.042)	(792)	(9.620)
USD	(123)	252	(1.222)	230
Dólar Australiano	(923)	(624)	(1.327)	(640)
Dólar Canadense	(74)	136	(428)	115

Data base 28/06/2019
Fonte: Sistema Basileia e Mercado

Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo, apresentamos apenas os fatores de risco onde para os quais foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Fator de Risco	Variação % do Patrimônio		
	-5%	-10%	-20%
Cupom de IGP-M	1,39%	2,96%	6,67%
Cupom de IPCA	0,22%	0,45%	0,96%
PRÉ	1,50%	3,19%	6,77%

Data base 28/06/2019
Fonte: Sistema Basileia e Mercado

c. Gestão de riscos operacionais

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco Inter trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho, cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Banco Inter adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no Art. 1º da Circular Bacen nº 3.640/2013.

d. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Banco.

O Banco Inter realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Gestão de Riscos e Capital, adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, a avaliação, a mensuração, o acompanhamento e o reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, seja no monitoramento, seja na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.678/2013, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço: <http://ri.bancointer.com.br>.

e. Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco Inter atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até dez dias úteis, em estrita consonância com a Resolução CMN nº 4.433/2015.

f. Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

A Resolução CMN nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015, a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADOC) 4060, e apuração dos números do Banco através deste documento.

O Banco Inter S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para consolidação e verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial formado pelo Banco Inter e pela Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

DLO - Documento de Limites Operacionais

Índice de Basileia

Detalhamento das margens de requerimento relativamente ao RWA

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Patrimônio de Referência (PR)	920.817	926.426
Patrimônio de Referência Nível I	920.817	926.426
Capital Principal - CP	920.817	926.426
Ativos Ponderados por Risco - RWA	3.902.665	2.727.353
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	3.108.867	2.207.077
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	157.868	63.180
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	635.930	457.097
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	175.619	122.731
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	234.159	163.641
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	312.912	306.385
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	745.187	803.695
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	686.648	762.785
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	23,59%	33,97%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	23,59%	33,97%
Índice de Basileia (PR/RWA)	23,59%	33,97%

g. Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução CMN nº 4.327/2014 apregoa, para o Banco Inter responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Banco e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Banco Inter.

29 Outras informações

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 5.318 (2018: R\$ 377).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 589.186 (2018: R\$ 122.626).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

30 Eventos subsequentes

Em 26 de junho de 2019 foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a proposta de desdobramento das ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco, por meio do qual cada ação de emissão será desdobrada em 6 ações da mesma espécie. Este desdobramento foi efetuado em 03 de julho de 2019. Na mesma reunião também foi aprovado programa de emissão de certificados de depósitos de ações do Banco, para a formação de *units*. Este programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03 de julho de 2019.

Em 18 de julho de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração os termos e condições de oferta pública de distribuição primária, com esforços restritos de colocação de ações preferenciais, ordinárias e depósitos de ações de emissão do Banco, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas do Banco na subscrição.

Em 01 de julho de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a eleição do Sr. Ricardo Vescovi de Aragão ao cargo de diretor sem designação específica.

Não houve outros eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

* * *

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Leonardo Guimarães Corrêa - Conselheiro

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro Independente

Luiz Antônio Nogueira de França - Conselheiro Independente

Presidência

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Vice-Presidência

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Ana Luiza Vieira Franco Forattini

Guilherme Ximenes de Almeida

Priscila Salles Vianna de Paula

Rafael Alves Rodrigues

Ray Tarick Pereira Chalub

Rogério Toledo Goulart

Sebastião Luiz da Silva

Contador Responsável

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3